



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia oito de abril de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Alessandro Luiz Bonifácio – Presidente em exercício, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente em exercício e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Flávio de Almeida. O vereador José Guedes disse: “queria justificar a ausência do colega Flávio, ele teve um problema particular para resolver, de última hora. Obrigado”. O Senhor Presidente afirmou: “Ok, vereador. Antes de começar a reunião, teve um empecilho no meu gabinete, semana passada, do requerimento da farmácia comunitária, que no momento era para trazer ao Plenário para convidar os senhores vereadores para a inauguração da farmácia. Com isso, peço desculpas aos nobres vereadores pela falta de informação. Também peço desculpas ao vereador Leci Alves Campos pela Assessoria Parlamentar da Casa não tê-lo convidado para a posse do nosso vereador Tiago Tito”. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Especial do dia vinte e sete de março de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício nº 063/2014, 26/03/2014, de Matheus Ferreira Maia, Presidente do Conselho Municipal de



Assistência Social Nova Lima/MG. Ref.: Relação dos inscritos para concorrer às vagas de representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima, biênio 2014-2016; 2) Correspondência Interna GVF nº 24/14, 08/04/14, do vereador Flávio de Almeida. Informa que hoje, dia oito de abril de 2014, por motivo de força maior se encontra impossibilitado de comparecer à sessão plenária da Câmara Municipal de Nova Lima; 3) Ofício sem número de Adele Fayes Armache, Pregoeira da Câmara Municipal de Nova Lima, ao vereador Gilson Antônio Marques. Presta informações acerca do andamento do Procedimento Licitatório nº 013/2014, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Prestação de Serviços de Assistência à Saúde aos Servidores desta Casa Legislativa. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de lei nº 1.413/2014, autoria do autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da retirada de propagandas visuais no município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 2) Projeto de lei nº 1.414/2014, autoria do autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho e o Fundo Municipal de Proteção dos Animais, na forma que especifica e dá outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Fausto Niquini Ferreira, aprovou a confecção de parecer conjunto para este projeto; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 273/2014, autoria dos vereadores Tiago Almeida Tito e Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr.



José Saraiva Felipe”. O vereador Tiago Almeida Tito falou: “Senhor Presidente, demais colegas vereadores, público presente, boa noite. Estamos tratando aí, é um pedido de Cidadania Honorária para o Deputado Saraiva Felipe pelos relevantes serviços como Ministro da Saúde, Deputado que encaminhou para o município diversas emendas, diversos equipamentos da área de saúde, melhorando a condição de atendimento aqui da cidade. Então, eu peço o apoio dos vereadores para a votação desse projeto. Muito obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao vereador Tiago Tito para que eu possa assinar junto com ele esse pedido de Cidadania Honorária ao Deputado Saraiva Felipe”. O vereador Tiago Almeida Tito respondeu: “com o maior prazer, é justo, somos do mesmo partido, não é Ângela? PMDB. Nada mais justo”. Projeto encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Silvânio Aguiar Silva, Gilson Antônio Marques e Leci Alves Campos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.405/2014, que “Institui no Município de Nova Lima o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.406/2014, que “Dispõe sobre a criação do Programa de vagas de emprego



para a ressocialização de ex-apanados da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC/Nova Lima e ex-dependentes químicos e alcoólicos, além de dar outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, antes de passar à leitura, eu gostaria, só para constar em Ata, tem um erro de grafia aqui. Na verdade, fala que o Relator é o vereador Alessandro Luiz Bonifácio e em baixo a Relatora designada, Maria Ângela Dias Lima Pereira. Então, pedir à Assessoria Parlamentar que revise este erro”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gilson Antônio Marques, dispensou os interstícios para a votação desta proposição. O vereador André Luiz Vieira da Silva indagou: “Senhor Presidente, já passou por todas as comissões?”. O Senhor Presidente respondeu: “Sim. Semana que vem entra em votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “eu gostaria de discutir antes com o vereador Gilson uma questão a respeito desse projeto”; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.407/2014, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Alfredo Tito Pires de Souza. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou os interstícios para a votação desta proposição. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de lei nº 1.395/2014, que “Dispõe sobre a divulgação da demanda atendida e lista de espera por vaga nas Escolas Públicas Municipais e Creches do



Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por oito votos; 2) Projeto de lei nº 1.398/2014, que “Institui o Dia Municipal do Líder Comunitário”. Em primeira votação, aprovado por nove votos; 3) Projeto de lei nº 1.402/2014, que “Altera nomenclatura da Guarda Municipal”. Retirado de pauta devido à ausência do autor, vereador Flávio de Almeida; 4) Projeto de lei nº 1.406/2014, que “Dispõe sobre a criação do Programa de vagas de emprego para a ressocialização de ex-apenados da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC/Nova Lima e ex-dependentes químicos e alcoólicos, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador André Luiz Vieira da Silva propôs emenda: “eu queria colocar uma emenda neste projeto, a gente já conversou com o vereador Gilson. É que tem aí numa parte do texto ‘no mínimo cinco por cento do seu quadro de funcionários’. Que fosse de dois a cinco por cento por causa do..., eu já expliquei para o vereador qual seria o motivo, é só para diminuir porque senão fica uma responsabilidade muito grande para o empresário”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “eu concordo com o ponto de vista dele”. Em votação, a emenda do vereador André Luiz Vieira da Silva foi aprovada por nove votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de lei nº 1.407/2014, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Alfredo Tito Pires de Souza. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Tiago Almeida Tito: Requer providências da Prefeitura



Municipal de Nova Lima a fim de convocar assistentes sociais para as Escolas Municipais. Em discussão, o autor registrou: “Senhor Presidente, eu só quero fazer uma ressalva aqui que já é uma lei federal e, hoje, ainda não é cumprida no município, que é instituir no quadro das escolas municipais o assistente social. Hoje, o professor acaba fazendo esse papel de intermediar situações de conflito, situações sociais dos alunos e das famílias dos alunos. Então, eu acho que é importante ter o profissional adequado. Seguindo a lei, a Constituição Federal, pedir ao nosso prefeito que chame do concurso e teve, inclusive, concurso para assistente social, então, está apto já para convocar para as escolas. Muito obrigado”. Aprovado, nove votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada do Sr. Adão de Pádua. Aprovado, nove votos. O vereador Leci Alves Campos permitiu que assinassem este requerimento os vereadores: Alessandro Luiz Bonifácio, Fausto Niquini Ferreira, Gilson Antônio Marques, José Guedes, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Tiago Almeida Tito. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de equipamentos de academia ao ar livre para o Bairro Jardim de Petrópolis. Aprovado, nove votos. 4) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo que a prefeitura organize por meio de sua Secretaria competente Fan Fests para os jogos da Seleção Brasileira. Em discussão, o vereador José Guedes disse: “eu votarei contra este requerimento porque eu não posso concordar com a Copa do Mundo num país onde falta saúde, ensino, moradia e segurança. O ex-presidente Lula conseguiu que a Copa do Mundo viesse para o nosso país porque ele



isentou a Fifa em dois bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos impostos que a Fifa deveria ter pago para a competição. O presidente Lula e a atual presidenta anunciaram que na construção dos estádios não haveria dinheiro público. Há dinheiro público e muito. Eu sou totalmente contra a Copa do Mundo num país falido, um país que não tem moradia, não tem segurança. A gente vê atendimentos médicos em macas. Trazer Copa do Mundo para um país falido? Absolutamente, sou contra. E queira Deus que ao iniciar a Copa, na véspera da Copa, não tenha tragédias no nosso país, nas manifestações, queira Deus. São irresponsáveis os governos que apoiam essa maldição, Copa do Mundo. Nós não precisamos de festas, nós precisamos das coisas que eu citei aqui. Coitado do aposentado”. O Senhor Presidente solicitou ao vereador José Guedes que concluísse. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, deixa eu falar. Eu estou engasgado com essa Copa do Mundo que, ao ser realizada, coloca o exército nas favelas, nos morros. Terminada a Copa do Mundo, duvido que terá segurança para os brasileiros. Duvido, porque na Olimpíada autorizam e, em vinte e quatro horas, não tinha a segurança na favela. É um absurdo a irresponsabilidade e eu não aceito que coloquem um centavo do dinheiro público em Copa do Mundo. Vou finalizar, Senhor Presidente, o Senhor pediu. Mas quero frisar, este país não é um país sério. Os brasileiros, principalmente os políticos, tomem as providências necessárias, senão esse Brasil vai pegar fogo. Os mais novos verão, os nossos filhos, os nossos netos, eu tenho dó deles por causa dessa irresponsabilidade da maioria dos políticos. Então, Senhor Presidente, eu vou terminar, não vou votar com meu colega porque eu sou contra



dinheiro público em Copa do Mundo, em apresentações, principalmente em nossa cidade. Obrigado”. Aprovado por oito votos favoráveis e um contrário do vereador José Guedes. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, eu quero agradecer aos vereadores que votaram comigo neste meu requerimento. Dizer ao vereador que se manifestou contra que é um direito dele, ele fazer as colocações dele, mas eu quero deixar bem claro que o que a gente está pedindo aqui pode impulsionar a economia do município de alguma forma. E é contraditório quando o vereador fala nesse tom que é contra, mas vota nesta Casa aqui mais de dois milhões para o Villa Nova, que a gente não vê o resultado. Que a gente não vê o resultado. Então, eu não citei o nome do vereador para não ter réplica. Eu só quero dizer que é contraditório o vereador dizer que é contra a Copa do Mundo no Brasil, mas não é contra gastar dois milhões, aliás, é muito mais do que isso que se gasta aqui com o Villa Nova. Não sou contra o Villa Nova, de forma alguma, muito antes pelo contrário, sou muito a favor do Villa Nova. Eu sou contra gastar o que se gasta, e que se defendam como se defendam as verbas que vão para o Villa Nova. Hoje eu escutei um zunzum que já gastaram quase todas as parcelas do Villa Nova. Assustei. Assustei. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador José Guedes registrou: “Senhor Presidente, o Villa Nova é um time centenário, é a alegria do povo de Nova Lima. O vereador tem todo o direito de votar a favor, contra ou abster do voto. Comparar uma Copa do Mundo com o nosso Villa Nova é comparar um pinga de água num oceano. Não quer ouvir. Às vezes, a gente fala umas verdades aqui e as pessoas não querem ouvir. Na próxima vez que tiver um projeto do Villa Nova



aí, que ele vote contra, que ele tenha a coragem de votar contra porque ele tem votado a favor. É um demagogo. Obrigado”. O vereador Tiago Almeida Tito disse: “o senhor me dá um aparte, vereador? É só para fazer uma colocação, ele falou que não tem certeza, que o Villa já recebeu toda a parte da verba. Não. Só para corrigir, porque eu estive até pouco tempo lá no Villa. O Villa solicitou uma segunda parcela de parte da subvenção que ele tem direito. Só deixar claro aqui para as pessoas, e com o intuito maior de pagar salários de funcionários que recebem salário mínimo lá, estão necessitando urgentemente desta verba. Sem dúvida nenhuma, só complementando a fala do vereador José Guedes, eu não falo que o Villa é o maior patrimônio, mas o segundo maior patrimônio dessa cidade, sem dúvida nenhuma, é o Villa Nova. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs requerimento verbal: “eu requeiro à Mesa Diretora, hoje dirigida pelo nobre colega Alessandro Luiz Bonifácio, que coloque em pauta, impreterivelmente, na próxima reunião plenária, o projeto de lei que autoriza a instalação da empresa Biomm S/A para o seu trâmite normal nesta Casa. A empresa Biomm é uma fábrica de insulina de renome internacional, e que nós vamos fazer importação e exportação da insulina, vai trazer divisas para o município, e este projeto se encontra na Casa desde quatro de dezembro de dois mil e treze. Hoje, oito de abril de dois mil e quatorze, já ultrapassamos mais de quarenta e cinco dias do projeto na Casa. E de acordo com o nosso Regimento, o prazo máximo para um projeto de lei tramitar regularmente na Casa, o prazo máximo é de quarenta e cinco dias. E hoje, sessenta e três dias, não contando do dia quatro de dezembro, mas de primeiro de fevereiro de dois mil



e quatorze. Então, eu solicito que se coloque, imediatamente na próxima reunião, para apreciação deste Plenário, a instalação da empresa Biommm no município de Nova Lima. Muito obrigada, Presidente”. Em discussão, o vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, quero fazer um relato aqui sobre a Biommm porque o projeto da Biommm está sendo estudado com muito carinho pelo fato de que a Biommm estar completamente, o seu projeto, ilegal. Pelo fato de o local que eles querem usar o loteamento, lá é comercial e eles querem implantar a indústria. Primeiro, tem que olhar a legalidade do projeto para que ele dê entrada aqui em Plenário. A Câmara, ela não importa que é um projeto, realmente, um dos maiores que querem colocar aqui na nossa cidade, pelo fato de estar orçado em trezentos milhões. Para este vereador não importa se o projeto é de trezentos milhões ou se é trezentos mil ou se é trezentos reais? Tem que ter a legalidade. Se tem a lei para o pobre, ela tem que ser executada para o rico também. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, eu quero fazer aqui coro com as palavras da vereadora Ângela Lima porque o que a vereadora Ângela Lima colocou aqui, é que se coloque o projeto para discussão na Casa. Se ele é legal ou se ele é ilegal, a Comissão de Legislação e Justiça está aí para isso, as outras comissões. Agora, engavetar o projeto, eu acho, no mínimo, temerário. Nós temos que discutir este projeto, aqui no Plenário, com a sociedade. Eu penso que o seu requerimento, vereadora, ele é de extrema relevância, assim como o projeto Biommm é de extrema relevância para o município de Nova Lima. Hoje nós discutíamos a possibilidade de a mineração terminar no município. Vai acabar um dia. E aí? Nós vamos ficar discutindo se o projeto está em



área comercial ou se não é? Vamos mexer lá no Plano Diretor, vamos fazer o que tiver que fazer, mas vamos colocar o projeto aqui para discussão. O que tiver de ser feito, precisa ser feito. Agora, ficar com projeto guardado dentro da gaveta, dizendo que ele não é legal, e não dar para todos os vereadores que estão aqui dentro da Casa o direito de, pelo menos, discutir para falar com propriedade que ele é ilegal, aí eu acho que é complicado. Então, vereadora, a senhora tem o meu apoio, eu penso que nós temos, sim, que colocar o projeto em discussão no Plenário da Casa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “Senhor Presidente, eu queria fazer coro com as palavras do vereador José Guedes. Plagiando o vereador Silvânio. Porque a realidade é a seguinte, Senhor Presidente, este projeto da Biommm é complexo. Nós estamos numa indefinição. Ele foi mandado para cá por um Executivo. Nós estivemos aí quase que já há vários dias com um prefeito em exercício, interino. Semana que vem a gente não sabe quem vai ser o prefeito. É uma coisa, que pode ser o Vítor, pode ser Cassinho, eu não estou defendendo isso, mas há uma indefinição e é uma coisa tão complexa. O Presidente não está aqui para se defender, mas ele já explicou isso para a gente, e a gente tem, qualquer vereador tem acesso ao projeto. Ele é complexo. Se colocar em votação, se colocar para tramitar, se a Comissão de Legislação e Justiça der pau no projeto, acabou. É só ano que vem, não entra mais. A questão é essa. O motivo de o Presidente Nélio Aurélio ter segurado esse tempo todo e estar tentando resolver as questões jurídicas para não complicar a Casa, porque ele é irregular, todo mundo sabe disso, não adianta, a empresa pode ser, pode vim dar ouro aqui, mas se é irregular, nós estamos aqui para fazer cumprir a lei.



Então, nós temos que achar um mecanismo dentro da lei para transformar. A questão é: não é tão simples assim. E o município hoje, hoje era para nós estarmos falando aqui até algumas horas e o responsável por mandar o projeto para esta Casa, nem estava como prefeito. O Presidente que estava segurando o projeto, que foi dito aqui que ele está segurando o projeto, ele que era o prefeito. Olha para você ver como que a coisa é complexa. Então, eu sou contra, por enquanto, que esse projeto tramite na Casa”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “eu quero aqui sustentar a minha fala de semanas atrás, quando eu disse que se o projeto tem alguma coisa de irregular, que se cumpra o prazo que esta Casa tem e que, no mínimo, nós temos o dever de apontar os erros do projeto e devolver ao Executivo para possíveis correções, no mínimo. Agora, engavetar o projeto aí quarenta e cinco dias após a data de vencimento é brincadeira. Eu quero deixar o meu protesto”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “eu confesso que não sei dizer se é regular ou se é irregular. Eu não conheço. Então, a partir do momento que ele deu entrada na Casa e o Regimento define o prazo para que ele comece tramitar através das comissões que foram escolhidas até por esta Casa também, aí sim eu vou poder falar da regularidade deste projeto. Então, eu espero que, pelo menos, comecemos por partes, cumprindo o prazo que ele comece tramitar. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao vereador André Vieira, e que merece porque é meu amigo e eu não quero polemizar aqui não. Mas veja bem a que ponto chegou esta Casa, a que ponto de submissão chegou esta Casa. Cadê a divisão de poderes? Olha, nós temos que ficar



esperando a decisão do prefeito lá para saber se nós vamos votar um projeto aqui ou não? Esta Casa é independente, nós não dependemos de saber qual prefeito que vai estar lá ou que não vai estar”. O vereador André Vieira registrou: “mas quem mandou foi o prefeito, que não era mais prefeito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva continuou: “o projeto está na Casa. Seja o prefeito A, B, C ou D, o prefeito que for, mandou para esta Casa, esta Casa tem que cumprir o Regimento dela. Não dá para ser dessa forma. Eu penso que nós temos, sim, vereador Leci falou muito bem, nós não conhecemos o projeto. Tem vereador aí falando que ele é irregular, ele teve a liberdade que até me preocupa, será que ele teve a liberdade de olhar esse projeto na frente de outros vereadores? Porque se ele não está tramitando na Casa, muito possivelmente ele está parado. Será que alguém teve essa liberdade de ir lá e olhar? Eu fico pensando que Montesquieu numa hora dessas deve estar numa tristeza. É lamentável, é lamentável. A tripartição dos poderes aqui não funciona, nós precisamos saber se o prefeito vai estar lá ou não”. Em votação o requerimento verbal da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira foi aprovado por seis votos favoráveis a três contrários dos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Fausto Niquini Ferreira e José Guedes. O vereador José Guedes disse: “justificativa de voto. Foi dito aí que o vereador falou que é ilegal. Eu sei que é ilegal pelo motivo seguinte: porque eu procuro, eu trabalho, quase todos os dias eu estou aqui na Casa. Quando não estou na Casa, estou nos bairros trabalhando. Então, eu vi que eles querem uma indústria naquele local. E é de meu conhecimento que aquele local lá é permitido comercial. Então, eu tenho certeza de que o Presidente Nélio Aurélio está



recorrendo ao jurídico, está tentando ajudar nesse projeto. Não adianta querer correr com a coisa para beneficiar um projeto que dizem que é de trezentos milhões e chegar aqui ilegal na Câmara e a gente ter que votar contra. Então, o Presidente está correndo atrás sim, tenham um pouco de paciência, não adianta querer votar as coisas ilegais nesta Casa e a gente perder um projeto desses. Então, por esse fato eu votei contra e continuo enquanto não tivermos um parecer jurídico. Falaram em Plano Diretor, aonde está o Plano Diretor? A prefeitura é que engaveta as coisas lá há anos, há anos, ao contrário da Câmara, eles que engavetam. Eles só soltam os projetos quando é de interesse deles, principalmente com esses dois governos do passado aí. Obrigado”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._____